

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.652 - SP (2019/0334589-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : JACQUELINE MARTINS
ADVOGADO : RICARDO FORMENTI ZANCO - SP152485
RECORRIDO : CONDOMINIO RESIDENCIAL MOGI GUACU O - DR. RENE DE PAULA
ADVOGADO : PEDRO RAMOS FERREIRA - SP325645

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JACQUELINE MARTINS com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, em face de acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"Despesas condominiais. Embargos à execução.
Não cumprimento do disposto no art. 1.010, II, do atual Código de Processo Civil, correspondente ao art. 514, II, do Estatuto de 1973. Reprodução,ipsis literis, dos argumentos expendidos na inicial.
Recurso não conhecido." (e-STJ fl.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fl. 127/129).

Nas razões do recurso especial, o recorrente veiculou ofensa e divergência jurisprudencial quanto ao art. 1.010, II e III, do CPC, alegando que o recurso de apelação interposto contém todos os requisitos essenciais estabelecidos no dispositivo mencionado, de modo que o recurso de apelação trouxe a impugnação direta à sentença ali apelada.

Contrarrazões ao recurso especial nas fls. 158/168 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação da recorrente não merece prosperar.

A Corte de origem, ao se manifestar sobre o atendimento aos requisitos previstos nos incisos do art. 1.1010 do CPC, assim decidiu:

*"Dispõe o artigo 1.010, II, do atual Código de Processo Civil que a apelação deve conter “a exposição do fato e de direito”, no entanto, o vencido limitou-se a reproduzir,ipsis literis, os argumentos expendidos na inicial.
Assim, ausentes os requisitos exigidos pela norma citada, o não conhecimento do recurso impõe-se como medida de rigor, isso porque os fundamentos da sentença devem ser especificadamente*

atacados, podendo-se, por óbvio, fazer-se menção a outras peças dos autos, mas não remeter o julgador ad quem à sua leitura." (e-STJ fl. 118/119)

De fato, da simples leitura das razões de apelação, verifica-se que o a recorrente limitou-se a afirmar genericamente que *"os documentos citados pela sentença como colacionados à fls. 40, 46, 67, 71 e 72, não são documentos aptos a permitir a execução, pois não comprovam o valor de taxa condominial e demais encargos. São documentos impertinentes para a comprovação dos valores da taxa condominial."* (e-STJ fl., 95), mas não esclarece por que razão tais documentos não seriam válidos.

Também não há qualquer impugnação aos documentos constantes nos autos que, segundo a sentença, comprovam a convocação e realização de assembléia de condôminos, à qual a recorrente não compareceu.

Assim, verifica-se que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento firmado nesta Corte Superior no sentido de que, *"embora a mera reprodução da petição inicial nas razões de apelação não enseje, por si só, afronta ao princípio da dialeticidade, se a parte não impugna os fundamentos da sentença, não há como conhecer da apelação, por descumprimento do art. 514, II, do CPC/1973, atual art. 1.010, II, do CPC/2015"*. (AgInt no REsp 1735914/TO, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 7/8/2018, DJe de 14/8/2018)

Neste mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. A ausência de enfrentamento da matéria objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento.

Incidência da Súmula 211 do STJ. 1.1. In casu, deixou a recorrente de indicar, nas razões do apelo extremo, a violação ao art. 1022 do CPC/15, a fim de que esta Corte pudesse averiguar possível omissão no julgado quanto ao tema.

1.2. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão

de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

2. A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que, embora a mera reprodução da petição inicial nas razões da apelação não enseje, por si só, afronta ao princípio da dialeticidade, se a parte não impugna os fundamentos da sentença, não há como conhecer da apelação, por descumprimento do art. 514, II, do CPC/73, atual art. 1010, II, do CPC/15. Incidência do teor da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1790742/CE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 03/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. RAZÕES DO RECURSO DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento firmado nesta Corte Superior no sentido de que, "embora a mera reprodução da petição inicial nas razões de apelação não enseje, por si só, afronta ao princípio da dialeticidade, se a parte não impugna os fundamentos da sentença, não há como conhecer da apelação, por descumprimento do art. 514, II, do CPC/1973, atual art. 1.010, II, do CPC/2015". (AgInt no REsp 1735914/TO, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 7/8/2018, DJe de 14/8/2018) 2.

Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1339064/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 22/05/2019)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 15% para 16% sobre o valor da causa, ressalvados os efeitos da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator